

A Educação e a Cultura nos Movimentos de Cultura Popular dos anos sessenta no Brasil

Carlos Rodrigues Brandão

Entre os primeiros “anos sessenta” a pluri-proposta de ação política ao redor da cultura popular surgiu no Brasil e se difundiu depois pela América Latina, sobretudo como educação popular. Ela pretendeu ser uma interação de idéias e práticas insurgentes e emancipadoras, aberta a vários domínios do pensamento e da ação cultural. No que aqui importa mais de perto, e a partir dos fundamentos aportados então por Paulo Freire, em seus primeiros momentos e documentos ela se apresenta como uma alternativa pedagógica de ação política na construção de uma história humanizadora. Uma pluri-ação múltipla que pretendia fazer interagirem ciências, artes, pedagogias e outras práticas sociais, partindo da cultura e se realizado através da cultura; especialmente do que então começou a ser ressignificado como: cultura popular.

Como uma decorrência dessa nova proposta, foram criados os movimentos de cultura popular em várias regiões do Brasil¹. A maioria deles não subsistiu ao golpe militar de 1964, mas a relevância de suas idéias de origem permanece visível em várias experiências atuais de educação popular na América Latina.

Partindo de uma expressão corrente na Europa, desde pelo menos o século XIX, a proposta dos Movimentos de Cultura Popular (MCPs) dos primeiros anos da década dos anos sessenta subverteu de uma maneira politicamente motivada a essência de seu sentido original. Cultura popular deixava de ser um puro e rotineiro conceito científico herdado desde os antiquaristas e folcloristas europeus, para converter-se na palavra-chave de um projeto político de transformação social a partir das próprias culturas originárias de camponeses, trabalhadores urbanos e outros atores sociais populares.

Os projetos dos MCPs pretendiam ir mais além de uma simples “democratização da cultura”, então apregoada pela própria UNESCO. E sonhavam ir bastante mais a fundo e além de propostas “iluministas” antecedentes, centradas em uma hegemônica e ilusória “ilustração das camadas populares”, através de programas de “educação de adultos” e de popularização da “cultura erudita”.

Os “centros”, os “círculos” e outros “coletivos” através dos quais era praticada a educação proposta por Paulo Freire e sua “equipe nordestina”, eram unidades de “movimentos de cultura popular”. Dentre eles, o que mais se expandiu pelo País e o que mais perdurou, foi o *Movimento de Educação de Base*, uma

1. Boa parte dos documentos originários dos movimentos de cultura popular foi reunida, anos mais tarde, no livro *Cultura Popular e Educação Popular, memória dos anos sessenta*, organizado por Osmar Fávero, antigo coordenador do Movimento de Educação de Base. Lembro que o próprio MEB apresentava-se como um “movimento de cultura popular”.

instituição fruto de um convênio entre a Igreja Católica e o Governo Federal. O MEB se reconhecia com um dos “movimentos de cultura popular” de então.

Somente no interior de uma tal interação entre diferenças de vocação aproximadas quanto à sua “missão libertadora”, é que a educação popular faz sentido ao associar-se com e como: cultura popular, arte engajada, teatro do oprimido, sociologia crítica, investigação-ação-participativa, etc.

Trago a este breve ensaio uma pequena coletânea de documentos associados aos MCPs dos anos sessenta, sobretudo aqueles derivados de Paulo Freire e de coletivos culturais de origem cristã. Dentro de sua original pluralidade deles, escolhi textos de Paulo Freire e de integrantes de sua “equipe nordestina”; de representantes do que chamo aqui de humanistas leigos; do Movimento de Educação de Base (cristão católico); da Campanha “de pé no chão também se aprende a ler, do Nordeste, composta por cristãos e humanistas laicos; e da Ação Popular, o “braço político” da Ação Católica, depois do golpe militar transformado em um movimento revolucionário e clandestino, com uma crescente aproximação ao marxismo.

Como uma síntese dos parágrafos que iniciam alguns dos documentos dos MCPs, o ponto de origem partia do suposto de que aquilo que caracteriza a experiência humana no Planeta Terra é o fato de ser o ser humano desde a sua origem um produtor de cultura. De algo resultante de uma ação intencional sobre a natureza, através do trabalho. De um trabalho que ao mesmo tempo em que transforma natureza em cultura, transforma o seu agente em um ser social criador de um “mundo de cultura”, que o reproduz como ser humano. A cultura tenderia a abarcar aquilo tudo o que o trabalho humano realiza não apenas ao materialmente transformar a natureza como um ato, mas ao gesto simbólico ao atribuir significados ao que ele realiza em sua mente, e sobre as matérias do mundo.

O processo social de criação de cultura é o que atribui ao homem a possibilidade de afirmar-se como um ser ao mesmo tempo da natureza-vida e da cultura-consciência. Como um sujeito que habita de modo singular a sociedade, o homem é também o criador de sua história e um pensador da história que vive e cria. Esta é uma associação de conceitos e de realidades fundadora do pensamento de Paulo Freire e presente no imaginário dos movimentos de cultura popular.

Os dois primeiros fragmentos que trago aqui são, um deles do Movimento de Educação de Base e, o outro, de Paulo Freire.

Cultura é tudo o que o homem agrega à natureza; tudo o que não está inscrito no determinismo da natureza e que nela é incluído pela ação humana. Distinguem-se na cultura seus produtos: instrumentos, linguagem, ciência, a vida em sociedade, e os modos

de agir e pensar comuns a uma determinada sociedade, que tornam possível a essa sociedade a criação da cultura. MEB ².

A distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua sociedade e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para com as relações e comunicações dos homens. A cultura como agregação que o homem faz a um mundo que não foi construído por ele. A cultura como resultado de seu esforço criador e recriador. Paulo Freire ³.

O trabalho de transformar e significar o mundo é o mesmo que transforma e resinifica o ser humano criador. Ele é fruto de uma ação coletiva e socialmente intencional e motivada. Assim, a própria sociedade em que o homem se converte para *ser* humano, torna-se uma dimensão da realização humana da cultura, no sentido mais amplo que é possível atribuir a esta palavra.

Num mundo plenamente humano e humanizado, as relações fundamentais de cultura e através da cultura deveriam ser de um crescente reconhecimento igualitário entre sujeitos livres, criadores, produtores e beneficiários da totalidade de uma cultura que inauguraria e daria continuidade à própria história, através de um trabalho que afirma e confirma a liberdade, em sua trajetória humanizadora, ao negar a possibilidade de domínio de algumas pessoas sobre todas as outras.

No processo real da história humana o reconhecimento entre as consciências é sistematicamente negado. E, assim, a dialética das relações entre o ser humano e a natureza através da cultura, estabelece e consolida a dominação de alguns sujeitos e alguns coletivos sociais sobre todos os outros.

Torna-se então socialmente dividida uma cultura que socialmente deriva da desigualdade de condições humanas na produção de bens, de poderes e de símbolos de afirmação e consciência da vida social. E assim ela tende a refletir relações antagônicas entre pessoas, classes sociais e outros grupos culturais no interior da sociedade.

A oposição de/entre culturas não é resultante de processos derivados da original natureza do homem. E nem tampouco ela é uma condição “natural” do modo como o homem se relaciona com o seu mundo. É um fato e um fator histórico que nega a possibilidade de que a história humana se realize como afirmação da igualdade e liberdade entre todos os seres humanos.

Assim, a oposição histórica e estrutural entre modos não culturalmente diferentes, mas socialmente desiguais de participação no próprio processo da *cultura* é o que instaura e explica a *cultura popular*.

². MEB. *Cultura popular: notas para um estudo*, na página 78.

³. Paulo Freire, *Conscientização e Alfabetização - uma nova visão do processo*. Na página 116.

Frente a uma cultura dominante, a cultura popular constitui-se como uma cultura própria e, ao mesmo tempo, subordinada, subalterna. Em uma sociedade de classes, desigual e excludente, no curso de sua história tanto as culturas hegemonicamente dominantes quanto as subalternamente dominadas, são igualmente “culturas alienadas”. Isto, no sentido de que não seriam capazes de afirmar e expressar relações universais e solidárias de reconhecimento entre os seres humanos. A cultura da sociedade desigual constitui-se como um instrumento de dominação entre sujeitos e grupos humanos. Ela torna irre-real e opaca como conhecimentos tanto para os opressores quanto para os oprimidos. Assim, uma vez mais em um documento da Ação Popular.

Sempre que um elemento da cultura passa a ser exclusivamente de um grupo humano ou de uma classe social, e que o internacionalismo universal da cultura é negado pelas condições concretas de sua apropriação pelo homem, a cultura é instrumento de poder e dominação de uns sobre outros. É uma cultura alienante, porque não é humanizante, já que nega o universal do homem.⁴

No interior de uma de estrutura desigual e opressora de trocas características de uma ordem de relações colonizado-colonizador entre os homens, as classes populares mesclas elementos de sua própria cultura, como aquilo que reflete para elas a continuidade de seus modos de vida, revelando-ocultando a sua condição de classe, com fragmentos de uma cultura dominante. Um poder simbolicamente dominador que a todo momento e de diversas formas invade os espaços populares da vida social.

Isto acontece tanto através de um domínio difuso sobre a sociedade, quanto por meio de instrumentos ativos de controle, quando as classes dominantes lançam mão de estratégias de “cultura de massa” para envolver e conquistar o imaginário da “cultura das massas”.

Uma cultura popular “alienada” (termo bastante comum na época) é negadora de uma vocação de direitos humanos em um duplo sentido. Primeiro, porque ela resulta de uma imposição de conhecimentos, valores e códigos de relacionamentos interpessoais de classes e grupos hegemônicos sobre outros, traduzindo a própria relação social de desigualdade. E assim como o poder de uma classe impor a outras e a outros grupos sociais, as visões de mundo e as expressões de identidade que não são criações suas, e não expressam a genuína experiência popular do estar no mundo.

Segundo, porque até mesmo uma boa parte daquilo que se pode considerar como criação cultural popular - como o que os sujeitos subalternos logram criar através de suas próprias experiências no mundo - reflete ainda a sua condição subordinada. É algo seu, mas não traduz a sua liberdade. É “próprio”, mas não reflete a integridade de sua experiência, pois ela existe privada de autonomia.

4. *Ação Popular/Cultura Popular*, na página. 28.

O processo sócio pedagógico de criação de culturas populares emancipadoras

As propostas de *cultura popular* da aurora dos anos sessenta apostam em uma insurgente inversão daquilo que até então se pensava como sendo “o processo social da cultura”. E esta inversão foi o que os MCPs imaginaram ser a sua contribuição mais inovadora, no que toca a questão da participação de intelectuais militantes “comprometidos com o povo”, no interior do próprio projeto popular de sua libertação.

Colocar a cultura na história e, depois, fazer a crítica histórica da cultura não representa uma descoberta dos movimentos de cultura popular. Mas tomar tal crítica como um ponto de partida, e propor um trabalho coletivo como história através da cultura, foi uma ideia nova em favor de um tipo de prática até então não realizada no Brasil e em toda a América Latina, com um tal vigor e uma tão forte esperança de emancipação de sociedades através da “toma de consciência” de pessoas e de coletivos de pessoas em e através de suas culturas.

Contra os usos intelectuais vigentes, que tradicionalmente representam a cultura popular com “as tradições do povo”, como um folclore que não resulta *das* e nem espelha *as* relações de poder entre os seus diferentes tipos de produtores, os documentos dos anos sessenta investiam na proposta de uma Cultura Popular (escrita então com iniciais maiúsculas), como um meio de retomar o controle do processo da cultura, com o objetivo de motivá-la, através do trabalho político e pedagógico destinado a recriá-la com o povo, para conscientizá-lo através dela.

Cultura popular significava então: a) a cultura subalterna das classes populares, por oposição à cultura dominante das classes dirigentes; b) as diferentes modalidades de um trabalho realizado conjuntamente entre educadores populares e grupos populares, dirigido à produção de uma “outra consciência”, de “outra cultura” e de “outra ordem social”; c) o resultado nunca concluído do trabalho humano, como uma retotalização da cultura nacional, em termos de e sobre as bases de uma cultura popular liberada. Uma cultura que afirme enfim a primazia do reconhecimento solidário e de uma liberdade compartilhada entre os seres humanos. E ela seria inicialmente uma “cultura de classe”: a das classes populares. E viria a ser, depois, a cultura que permitisse vislumbrar o fim das relações antagônicas entre as classes sociais, como uma “cultura nacional” e, depois ainda, “universal”.

Portanto, a cultura popular tendeu a definir-se como uma alternativa de práticas emancipatórias através de interações “orgânicas” entre movimentos de cultura popular e movimentos populares através da cultura. Ela se propunha também como o projeto de uma pluri-realização coletiva de tais práticas. Ou seja, como “aquilo” que deveria ser construído através de um trabalho pedagógico realizado como e através da cultura popular. Definia-se, finalmente,

como o processo e o produto de tais realizações. Por esta razão havia uma frase que se tornou muito comum naqueles anos: “fazer cultura popular”. Ela pretendia significar aquilo que o educador “compartia junto ao povo”, em nome daquilo que um povo educado-conscientizado para a autonomia e a ação anti-opressora realizava por sua própria conta e através de suas frentes de ação e luta.

Nossa luta interna de libertação vincula-se profundamente à cultura popular, que assume em um primeiro momento o sentido de desalienação da nossa cultura, sobrepondo a valores culturais estranhos aos nossos, outros criados e elaborados aqui. Esta é a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepôr nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido universal, permitindo um processo de culturalização em que predomine a cultura brasileira. Em um segundo momento a cultura popular assume o caráter de luta, que junto à formação de uma autêntica cultura nacional, promove a integração do homem brasileiro no processo econômico-social e político-cultural de nosso povo. Uma cultura popular que leve o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não só receptor, senão o criador de expressões culturais. A tarefa “da cultura não é somente a de um meio político, como um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder”⁵.

Eis o que gerava e inspirava os *movimentos de cultura popular*. Como um contraponto ao que de maneira sistemática era realizado através de ações culturais de teor político-invasor na sociedade capitalista, caberia a eles uma parcela importante no trabalho ideológico de recriação junto próprio povo de sua própria cultura. Culturas do povo haveriam de ser transformadas em autênticas culturas populares, através de experiências emancipatórias de cultura popular.

Assim, enquanto em alguns programas tradicionais de “informação cultural”, de “difusão cultural” ou de educação de adultos, envolvendo aqui e ali o teatro, a música e o cinema, eram utilizados como recursos pedagógicos para transferir a setores populares conhecimentos eruditos da lógica dominante, os movimentos de cultura popular emergentes dos anos sessenta, entre o cinema, o teatro e a música, etc. eram concebidos como alternativas críticas, destinadas a efetuar uma comunicação biunívoca de efeito conscientizador.

Esta comunicação visava: a) tomar os valores de arte-e-cultura de grupos e comunidades populares, como o propósito de utilizá-los como elementos

⁵. Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, *Cultura Popular: tentativa de conceituação*, capítulo do livro *Cultura Popular e Educação Popular – memória dos anos sessenta*, na página 74.

destinados a uma reflexão coletiva sobre as condições de vida e o significado dos saberes, significados e símbolos do povo; b) destinar aos setores populares da população uma arte erudita que geralmente lhes era negada, acompanhada de situações de reflexão coletiva que devolvessem ao pensamento do povo um sentido humano e crítico; algo que os movimentos de cultura popular reconheciam haverem sido perdidos, ao seres empobrecido e reduzidos em termos de “cultura de massas”; c) criar com os participantes dos diferentes projetos uma arte que a partir da associação dos valores do povo com o aporte do trabalho dos agentes, refletisse uma alternativa nova e contraposta para uma crítica e criativa a compreensão o mundo, e d saber vivê-lo, partilha-lo criticamente e transformá-lo criativamente.⁶

Sendo um trabalho de mediação, uma prática feita por intelectuais orgânicos, comprometidos com e junto às classes populares, os documentos dos anos sessenta insistiam em que nada ali deveria ser hierárquico e vertical. Nunca deveria haver uma ação imposta, como se fazia costumeiramente no contexto das pedagogias de uma realidade cultural hegemônica e politicamente dominante.

A prática dos *movimentos de cultura popular* deveria incorporar-se de maneira concreta entre os espaços e os modos de vida do povo, acrescentando apenas aquilo que, por conta própria, as classes populares não conseguissem ainda produzir e representar. Um dos princípios mais unitários era o de que não existe uma verdadeira conscientização sem o diálogo, e não há diálogo solto. Ele somente existe no campo das relações sociais diretas, quando elas garantem uma efetiva participação popular no trabalho de realizá-lo através da *Cultura Popular*.

6. Jomard Muniz de Brito, *Educação de Adultos e Unificação da Cultura*, em *Cultura Popular e Educação Popular*, página 150.

Livros e outros escritos lidos, consultados ou relacionado ao tema

AÇÃO POPULAR

Cultura Popular

In: FÁVERO, Osmar (Org.)

Cultura popular e educação popular. Memória dos anos sessenta

1983, Editora Graal, Rio de Janeiro

BARREIRO, Júlio

Educación Popular y Proceso de Concientización

Siglo XXI Buenos Aires, 1974 (2ª edição)

BRITO, Jomard Muniz de

Educação de Adultos e Unificação da Cultura

In: FAVERO, Osmar (org)

Cultura Popular e Educação Popular – memória dos anos sessenta

CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Cultura Popular: tentativa de conceituação

In: FÁVERO, Osmar (Org.) *Cultura e Educação Popular. Memória dos anos sessenta*

1983, Editora Graal, Rio de Janeiro

CPC/BH – Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte

O que é Cultura Popular - Cultura Popular

In: FÁVERO, Osmar (Org.) *Cultura e Educação Popular. Memória dos anos sessenta*

1983, Editora Graal, Rio de Janeiro

COLETIVO DA CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”

Cultura Popular: tentativa de conceituação

In: FÁVERO, Osmar (Org)

Cultura e Educação Popular. Memória dos anos sessenta

1983, Editora Graal, Rio de Janeiro

FÁVERO, Osmar

Memória dos anos sessenta: cultura popular e educação popular

1983, Edições Graal, Rio de Janeiro

FREIRE, Paulo

Pedagogia do Oprimido o manuscrito

Edição fac-símile

2014, Editora do Instituto Paulo Freire, São Paulo

MACIEL, Jarbas

Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação.

In: FÁVERO, Osmar (Org.)

Cultura popular e educação popular. Memória dos anos sessenta

1983, Rio de Janeiro: Editora Graal

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Cultura Popular: notas para um estudo

In: FÁVERO, Osmar (Org.)

Cultura popular e educação popular. Memória dos anos sessenta

1983, Edições GRAAL, Rio de Janeiro

Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

Resoluções

In: FÁVERO, Osmar (Org.)

Cultura popular e educação popular. Memória dos anos sessenta.

1983, Edições GRAAL, Rio de Janeiro

VÁRIOS AUTORES

Convocatória para o Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo

1963, Cristianismo y Sociedad, 29/30, ano X